

Orientação Técnica Específica

Investimento RE-C01-i07-RAM: Digitalização
na área da Saúde da RAM

N.º 1/C01-i07-RAM/2022



17.03.2022

Versão 1.0

Índice

Índice	2
Definições e Acrónimos.....	4
Gestão do documento.....	5
Sumário Executivo.....	6
1. Descrição dos objetivos e prioridades relacionadas com a concretização do Investimento.	7
2. Beneficiário Final.....	10
3. Condições de acesso e de elegibilidade do Beneficiário Final	11
4. Área geográfica de aplicação	11
5. Despesas elegíveis e não elegíveis	12
6. Condições de atribuição do financiamento	14
7. Condições de elegibilidade dos projetos	14
a) O Princípio de Não Prejudicar Significativamente	14
b) Domínio de Intervenção digital.....	15
8. Prazos de Execução dos Projetos	15
9. Contratualização do apoio com o Beneficiário Final.....	16
10. Obrigações do Beneficiário Final.....	16
11. Metodologia de pagamento do apoio financeiro	18
11.1. Modalidades de pedidos de pagamento.....	18
a) A título de adiantamento	18
b) A título de reembolso	19
c) A título de saldo final.....	20
11.2. Suspensão de pagamentos.....	20

12. Observância das disposições legais aplicáveis em matéria de Contratação Pública, Auxílios de Estado e Igualdade de Oportunidades e de Género	21
12.1. Contratação Pública	21
12.2. Auxílios de Estado	21
12.3. Igualdade de Oportunidades e de Género.....	21
13. Tratamento de Dados Pessoais	22
14. Informação, Comunicação e Publicitação dos Apoios	22
15. Dotação	22
16. Pontos de contacto para informações e esclarecimentos	23

Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
BI	Beneficiário Intermediário
BF	Beneficiário Final
CEGER	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
CEN	Comité Europeu de Normalização
DRS	Direção Regional de Saúde
EMRP	Estrutura de Missão Recuperar Portugal
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
IDR, IP-RAM	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
IASAUDE, IP-RAM	Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
OTE	Orientação Técnica Específica
PEECOS	Plano Estratégico de Eficiência e Controlo Orçamental
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
SCAP	Sistema de Certificação de Atributos Profissionais
SESARAM, EPERAM	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM
SI	Sistema de Informação
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Gestão do documento

Versão	Data	Observações
1.0 – Versão inicial	17.03.2022	

Sumário Executivo

A presente Orientação Técnica Específica (OTE) estabelece as condições técnicas para a concretização do investimento que visa dotar os Serviços de Saúde da Madeira de maior segurança e melhores resultados, capaz de otimizar a assistência à saúde da população, através de soluções eficazes e de proximidade que facilitem o acesso à informação e aos serviços, promovam a literacia digital e permitam aferir o grau de satisfação, bem como, capacitar e estimular a participação ativa do cidadão e das organizações que o representam, através de canais e parcerias estratégicas. A promoção de uma cultura de cidadania em saúde, ativa e responsável, irá impulsionar o desenvolvimento de relações de proximidade entre o cidadão e os profissionais de saúde.

Este objetivo será concretizado através do Investimento RE-C01-i07-RAM: *Digitalização na área da Saúde da RAM*, enquadrado na *Componente 1 – Serviço Nacional de Saúde (SNS)*, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia e aprovado em 16 de junho de 2021. Neste contexto, e considerando que:

- Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR, IP-RAM) constitui-se como Beneficiário Intermediário (BI), sendo uma das entidades públicas globalmente responsáveis pela implementação física e financeira das reformas e de investimentos inscritos na Componente 1 do PRR;
- Foi assinado o contrato de financiamento entre o IDR, IP-RAM e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) no dia 14 de setembro de 2021, no qual se prevê a concessão de apoio financeiro destinado a financiar a realização dos investimentos previstos no PRR na RAM;

O IDR, IP-RAM procede ao lançamento da presente OTE, nos termos do n.º 3 da Cláusula 2.ª do Contrato de Financiamento assinado entre a EMRP e o IDR, IP-RAM, a fim de dar integral cumprimento ao princípio da transparência e prestação de contas, que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos.

A presente OTE faz parte integrante dos Contratos de Financiamento relativos aos *Sub-*

Investimentos C01-i07.01 - Digitalização na área da Saúde da RAM - IA Saúde, C01-i07.02 - Digitalização na área da Saúde da RAM – SESARAM e C01-i07.03 - Digitalização na área da Saúde da RAM - DRS constituindo o seu Anexo II.

1. Descrição dos objetivos e prioridades relacionadas com a concretização do Investimento.

As intervenções sinalizadas neste investimento visam promover a digitalização do Serviço Regional de Saúde, através da implantação de tecnologias digitais para apoiar a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde e a capacitação dos profissionais de saúde e dos cidadãos.

O investimento será constituído pelas seguintes intervenções:

- P1 – Digitalização na área da saúde: Implementação de tecnologias digitais de apoio à monitorização de doentes, intensificando as consultas de telesaúde e telemonitorização do estado de saúde dos cidadãos;
- P2 – Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de Saúde, através de meios digitais: Reforço das tecnologias digitais e da inteligência artificial para a vigilância epidemiológica;
- P3 – Incrementar as funcionalidades e o uso das plataformas dedicadas ao utente: Aumento da digitalização da saúde e melhoria da interoperabilidade dos sistemas de informação;
- P4 – Formar os cidadãos e os stakeholders para o uso dos recursos digitais em saúde: Melhoria do acesso dos cidadãos à informação e aos serviços de saúde, através de meios digitais.

Este investimento será operacionalizado por três Beneficiários Finais, designadamente:

- I. **Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM)** para as seguintes intervenções:
 1. Digitalização na área da saúde:
 - 1.4 Incrementar a digitalização da saúde e a interoperabilidade de sistema de informação:

- Implementação de um sistema de prescrição e prestação eletrónica de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (exames sem papel);
 - Criação de um sistema de conferência eletrónica dos cuidados de saúde;
 - Expansão/reforço da capacidade do Data Center e da rede de comunicações de suporte às plataformas digitais;
 - Reforço da rede sem fios (wi-fi) e de equipamentos móveis (portáteis, tablet's).
2. Melhoria do acesso do cidadão à informação e aos serviços de Saúde, através de meios digitais:
- Criar um novo site que contemple uma área de acesso para o utente;
 - Desenvolver uma plataforma Business Intelligence e de Advanced Analytics, que irá integrar e centralizar toda a informação da Saúde da Região;
 - Possibilitar a entrega das Despesas de Saúde (Reembolsos) em todos os concelhos da RAM, através da aquisição de equipamentos;
3. Incremento das funcionalidades e do uso de plataformas dedicadas ao utente:
- Criar um espaço digital dedicado o utente, com toda a sua informação clínica;
 - Desenvolver uma aplicação que permita a entrega das despesas de saúde para reembolso;
4. Formação dos cidadãos e dos *stakeholders* para o uso dos recursos digitais em saúde:
- Criar canais de comunicação e divulgação para os todos os stakeholders.

II. Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM EPERAM) para as seguintes intervenções:

1. Digitalização na área da saúde:

1.1. Criar/implementar tecnologias digitais de apoio à monitorização de doentes:

- Desmaterialização de diversos processos em algumas áreas do SESARAM;
- Desenvolvimento de solução com vista ao registo da Consulta Multidisciplinar de Decisão Terapêutica;
- Desenvolvimento de plataforma de apoio ao registo dos resultados da I&D na área da Cardiologia;

- Desenvolvimento do sistema de referenciação existente nos Cuidados de Saúde Primários;
- Prescrição e controlo eletrónico de medicação em hemato-oncologia;
- Desenvolvimento do Portal da Nutrição;
- Aquisição de um sistema de pulseira eletrónica para doentes;
- Renovação do Data Center e reforço da rede de suporte às plataformas digitais;
- Aquisição de equipamento para acesso às aplicações informáticas, para telesaúde, visitas domiciliárias, vacinação e atividades em ambientes externos ao SESARAM.

1.2. Intensificar a telesaúde, com definição da rede de suporte:

- Reforço de antenas e controladoras wifi;
- Reforço de infraestrutura.

1.4. Incrementar a digitalização da saúde e a interoperabilidade de sistema de informação:

- Implementação de um sistema de integração dos rastreios realizados no SESARAM com o sistema hospitalar;
- Integração de pedidos de medicamentos com avaliação obrigatória pela Comissão de Farmácia e Terapêutica no sistema hospitalar;
- Upgrade do sistema Pyxis - dispensador de medicamentos;
- Aquisição/ subscrição do MVS - *Medicines Verification System*.

2. Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de Saúde, através de meios digitais:

- Subscrição da plataforma Microsoft Power BI Premium;
- Desenvolvimento de indicadores de apoio à decisão;
- Disponibilização de serviços de forma interativa em quiosques;
- Integração tecnológica entidades externas – públicas e privadas - para disponibilização de funcionalidades diversas;
- Reforço da MediCall do SESARAM.

3. Incrementar as funcionalidades e o uso das plataformas dedicadas ao utente:

- Licenciamento de software para o desenvolvimento de aplicações móveis e respetivo desenvolvimento;
- Desenvolvimento de aplicação para inquéritos de satisfação para o internamento;
- Incremento das funcionalidades disponíveis no portal do utente.

4. Formar os cidadãos e os stakeholders para o uso dos recursos digitais em saúde:

- Projetos de literacia em saúde digital e ações de formação e de divulgação das tecnologias disponibilizadas pelo SESARAM, direcionadas para os utentes, funcionários, fornecedores e demais parceiros.

III. **Direção Regional de Saúde (DRS)**, inclui a seguinte intervenção:

1. Digitalização na área da saúde:

1.3. Reforçar as tecnologias de comunicação e informação e inteligência artificial para a vigilância epidemiológica:

- Adequação dos Sistemas de Informação e de comunicação às necessidades impostas pela pandemia;
- Capacitação dos Recursos Humanos e reforço de serviços especializados no domínio da Qualidade, Saúde e Investigação.

2. Beneficiário Final

Para a operacionalização da submedida i07.01-RAM - *Digitalização na área da Saúde da RAM*, assumem-se como Beneficiários Finais:

- I. O IASAÚDE, IP-RAM, que tem por missão assegurar a gestão dos recursos financeiros, humanos, formação profissional, das instalações e equipamentos e dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde. Neste contexto, pretende-se promover, através do seu Plano Estratégico de Eficiência e Controlo Orçamental (PEECOS), o desenvolvimento de modelos colaborativos de cuidados de saúde “em rede” que assegurem a correta referenciação e acompanhamento do utente e o acesso necessário e em tempo útil às prestações de saúde, garantindo uma verdadeira complementaridade entre os serviços público e privado, com primazia pelos princípios da transparência, inclusão e inovação;

- II. O **SESARAM, EPERAM**, que assegura a oferta pública de saúde na RAM, através da prestação de cuidados de saúde à população residente e aos visitantes, funcionando como um dispositivo integrado e articulador, na base de complementaridade, dos cuidados de saúde primários e dos hospitalares, prestados em 47 centros de saúde e 3 hospitais públicos;
- III. A **DRS**, organismo da Administração Pública Direta, sem autonomia administrativa, dependente da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, que assume o papel de regulador com funções no planeamento em saúde e na gestão da saúde pública na RAM, tendo um papel fundamental na vigilância epidemiológica na doença e na resposta em Saúde.

3. Condições de acesso e de elegibilidade do Beneficiário Final

Este Sub-Investimento não está sujeito a abertura de concurso, uma vez que os Beneficiários Finais estão identificados no PRR, os quais se formalizam através da assinatura de contrato de financiamento. No entanto, os Beneficiários devem declarar ou comprovar, se para tanto forem notificados, que cumprem os seguintes critérios de elegibilidade ao PRR, designadamente:

- a) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- b) Ter a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos Fundos Europeus;
- c) Possuir ou poder assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários à implementação e realização dos Investimentos contratualizados.

4. Área geográfica de aplicação

O presente investimento, todo ele associado à digitalização do serviço, beneficiará toda a população e será desenvolvido na Região Autónoma da Madeira, Região Ultraperiférica da União Europeia ao abrigo do artigo 349.º do TFUE.

5. Despesas elegíveis e não elegíveis

São elegíveis todas as despesas que se destinem, exclusivamente, à concretização do Investimento contratualizado entre o IDR, IP-RAM e os Beneficiários Finais, desde que estejam em conformidade com o texto do PRR aprovado e com as regras de elegibilidade nesta OTE, nomeadamente as que se enquadram nas seguintes tipologias:

- Aquisição de hardware, software, consultoria e apoio ao desenvolvimento aplicacional;
- Licenciamento e serviços de parametrização;
- Serviços de engenharia para o desenvolvimento de software e implementação;
- Aquisição, consultoria, desenvolvimento e apoio à operacionalização do sistema de prescrição e prestação eletrónica;
- Sistema de conferência eletrónica dos cuidados de saúde;
- Reforço da rede sem fios (wi-fi);
- Prestação de serviços especializados de qualidade, saúde, investigação, como suporte à vigilância epidemiológica e ao Plano Regional de Saúde;
- Formação;
- Despesas de comunicação e divulgação bem como de conferências e seminários para stakeholders.

A elegibilidade das despesas decorre do seu enquadramento nas regras nacionais e europeias aplicáveis, devendo as aquisições de bens e serviços, ser efetuadas em condições de mercado e a entidades fornecedoras com capacidade para o efeito.

São elegíveis todas as despesas que se destinem, exclusivamente, à concretização dos projetos e que se rejam pelos princípios da boa administração, da boa gestão financeira e da otimização dos recursos disponíveis.

Só podem ser consideradas elegíveis as despesas efetivamente pagas pelos Beneficiários Finais e validadas pelo IDR, IP-RAM.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, são elegíveis as despesas associadas aos procedimentos de contratação pública iniciados após 1 de fevereiro de 2020 e até 30 de junho de 2026, desde que

realizadas e efetivamente pagas, sem prejuízo das demais regras de elegibilidade de despesas, designadamente as constantes da legislação europeia e nacional aplicável.

Os procedimentos de contratação pública deverão acautelar, sempre que aplicável, o cumprimento dos seguintes requisitos previstos no contrato de financiamento estabelecido com a EMRP para o Investimento C01-i07, designadamente:

- O cumprimento da legislação ambiental aplicável a nível nacional e da União Europeia;
- Os objetivos dos domínios de intervenção definidos no âmbito da Dimensão Verde.

Os custos incorridos com investimentos incorpóreos, só são considerados despesas elegíveis, caso fique demonstrado que foram adquiridos em condições de mercado e a terceiros não relacionados com o adquirente.

As despesas liquidadas por recurso a sistemas de factoring são elegíveis, desde que concretizado o seu pagamento pelos Beneficiários Finais à empresa de factoring.

A utilização pelos Beneficiários Finais de sistemas de gestão centralizada de tesouraria é igualmente aceite para comprovação dos pagamentos das despesas elegíveis, desde que exista pista adequada de auditoria que permita a verificação do pagamento dessas despesas.

Constituem despesas não elegíveis:

- a) As despesas que não estiverem em consonância com as evidências dos custos apresentados e descritos no Investimento contratualizado;
- b) Os custos normais de funcionamento dos Beneficiários Finais, não previstos no Investimento contratualizado, bem como custos de manutenção e substituição, e custos relacionados com atividades de tipo periódico ou contínuo;
- c) Pagamentos em numerário, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
- d) Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante financiado pelo PRR ou das despesas elegíveis da operação;
- e) Aquisição de bens em estado de uso;
- f) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), recuperável ou não Beneficiários Finais;
- g) Juros e encargos financeiros;

- h) Fundo de maneio;
- i) Despesas previstas no PRR que tenham sido objeto de financiamento por outros fundos comunitários.

Não é considerada elegível a despesa declarada pelos Beneficiários Finais, que não seja considerada adequada tendo em conta a sua razoabilidade face às condições de mercado e às evidências dos custos apresentadas e descritos nos Investimentos aprovados no PRR.

6. Condições de atribuição do financiamento

A taxa de financiamento do Investimento é de 100% do valor global elegível, até ao limite máximo indicado no ponto 15. Considera-se valor global elegível a soma dos valores das despesas consideradas elegíveis, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) aplicável, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável.

O apoio a conceder reveste a forma de subvenção não reembolsável.

7. Condições de elegibilidade dos projetos

Os projetos que fazem parte deste investimento deverão assegurar os seguintes requisitos:

a) O Princípio de Não Prejudicar Significativamente

A concretização do investimento deverá cumprir com o princípio de “Não Prejudicar Significativamente” em concreto no que respeita à economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos, devendo os equipamentos a adquirir cumprir com os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, na sua redação atual, quanto à sua conceção ecológica e eficiência energética sempre que aplicável, e deverá ser assegurado que não contêm as substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/EU do Parlamento Europeu, transposta pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, na sua redação atual.

Os equipamentos informáticos e outros deverão estar abrangidos por um plano de gestão de resíduos que deve incluir ainda especificações técnicas relativas à durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade dos equipamentos elétricos e eletrónicos a adquirir e instalar, de acordo com as

especificações do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, do Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio e do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, todos na sua versão atual.

b) Domínio de Intervenção digital

O investimento contribui para o domínio de intervenção “095 - Digitalização no domínio dos cuidados de saúde”, com um coeficiente para o cálculo do apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas e objetivos ambientais de 0%.

Esta medida contribui com um coeficiente de 100% para o cálculo do apoio aos objetivos de transição digital e visa apoiar a digitalização da informação, através de ações como “Receitas sem Papel”, contribuindo para o objetivo ambiental de transição para uma economia circular, através do uso mais eficiente de recursos e prevenção da poluição.

8. Prazos de Execução dos Projetos

O cronograma previsto para a realização do investimento é o seguinte:

Descrição	Data de Fim
Digitalização na área da Saúde	2026-T2
Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de Saúde, através de meios digitais	2026-T2
Incrementar as funcionalidades e o uso das plataformas dedicadas ao utente	2022-T4
Formar os cidadãos e os stakeholders para o uso dos recursos digitais em saúde	2026-T2

A implementação do investimento deverá estar concluída em 30 de junho de 2026.

No decorrer da execução do investimento deverá ser garantido o cumprimento das Metas de Desembolso e Metas de Acompanhamento, a comprovar nas seguintes datas:

Código	Tipologia	Designação	Unidade	Objetivo	Prazo
169	Meta	Novos equipamentos informáticos para o Serviço Regional de Saúde da Madeira	Nº	3.600	2024-T4
1.35.1	Acompanhamento	Novos equipamentos informáticos para o Serviço Regional de Saúde da Madeira	Nº	1 200	2022-T4

9. Contratualização do apoio com o Beneficiário Final

A formalização da concessão do apoio é concretizada mediante a assinatura de contrato escrito. A tramitação deste processo decorre através da utilização da submissão eletrónica dos documentos contratuais. A assinatura do Contrato deverá ser eletrónica, com recurso ao cartão de cidadão, à chave móvel digital, utilizando o sistema de certificação de atributos profissionais (SCAP) ou cartão CEGER (para entidades públicas).

No contrato encontram-se previstos os fundamentos suscetíveis de determinar a revogação ou redução do apoio, em função da gravidade do incumprimento, designadamente e quando aplicável:

- a) O incumprimento das obrigações dos Beneficiários Finais estabelecidas no contrato;
- b) A não justificação da aplicação da despesa na operação aprovada ou a imputação de despesa não relacionadas com a execução da operação;
- c) O incumprimento das normas relativas a informação e publicidade;
- d) O desrespeito pelo disposto na legislação europeia e nacional aplicável, nomeadamente em matéria de contratação pública, devendo, neste caso, aplicar-se uma redução proporcional à gravidade do incumprimento, designadamente da tabela de correções financeiras aprovada pela Comissão Europeia para os fundos estruturais;
- e) A existência de alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação que ponham em causa o mérito da operação ou a sua razoabilidade financeira;
- f) A inexecução integral da candidatura nos termos em que foi aprovada;
- g) A recusa, por parte dos Beneficiários Finais, da submissão ao controlo e auditoria a que estão legalmente sujeitos;
- h) A prestação de falsas declarações sobre a realização da operação ou sobre os custos incorridos, que afetem, de modo substancial, a justificação dos apoios recebidos ou a receber.

10. Obrigações do Beneficiário Final

Na execução do investimento previsto na presente OT devem ser respeitados, em especial, os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da

proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não discriminação.

Devem ainda ser observadas, quando aplicável, as seguintes obrigações:

- a) Apresentar os Relatórios de Progresso, em modelo a definir pelo IDR, IP-RAM, com uma periodicidade trimestral ou sempre que tal seja solicitado pelo IDR, IP-RAM;
- b) Executar o projeto nos termos e condições desta Orientação Técnica e a comunicar ao IDR, IP-RAM alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa a realização do projeto de investimento;
- c) Permitir o acesso aos locais de realização do projeto e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;
- d) Conservar a totalidade dos dados e documentos relativos à realização do projeto, em suporte digital, durante prazo fixado na legislação nacional e comunitária aplicáveis;
- e) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto no Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR e na legislação europeia e nacional aplicável;
- f) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- g) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- h) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, bem como manter a sua situação regularizada em matéria de reposições perante a entidade pagadora;
- i) Ter um sistema de contabilidade organizada, de acordo com o legalmente exigido (quando aplicável);
- j) Dispor de um processo relativo ao projeto, em suporte digital, com toda a documentação relacionada com o mesmo devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes ao projeto;
- k) Respeitar os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses,

designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;

- I) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- m) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projeto;
- n) Não afetar a outras finalidades, locar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, os bens e serviços adquiridos no âmbito do projeto apoiado, sem prévia autorização do IDR, IP-RAM, durante o período de vigência deste contrato;
- o) Cumprir os normativos legais em matéria de contratação pública relativamente à execução do projeto, quando aplicável;
- p) Cumprir obrigações específicas da Ficha do Investimento constante do Anexo I ao respetivo Contrato de Financiamento;
- q) Assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação.

11. Metodologia de pagamento do apoio financeiro

Os pagamentos aos Beneficiários Finais são efetuados pelo IDR, IP-RAM, com base em pedidos de pagamento formalizados, via Sistema de Informação do PRR, utilizando para o efeito o formulário eletrónico.

11.1. Modalidades de pedidos de pagamento

Os pagamentos podem ser processados seguindo as seguintes modalidades:

a) A título de adiantamento

Após a celebração do Contrato de financiamento, os Beneficiários Finais poderão solicitar um primeiro pagamento a título de adiantamento, cujo valor máximo não poderá ultrapassar 13% do valor total do apoio PRR previsto no contrato de financiamento.

Em situações de natureza excepcional justificadas pelo cumprimento das condições de fornecimento dos bens e serviços contratados ou de outras condições específicas de execução do Investimento, o limite máximo acima referido pode ser ultrapassado, mediante aceitação de proposta devidamente fundamentada apresentada ao IDR, IP-RAM, ratificada pelo Secretário Regional das Finanças.

O adiantamento recebido será regularizado através da dedução, em cada pedido de pagamento a título de reembolso, de um valor calculado pela percentagem resultante do rácio entre o valor apurado dos reembolsos e o total do financiamento contratado.

b) A título de reembolso

Os pedidos de pagamento a título de reembolso podem ser apresentados a todo o tempo, de acordo com a evolução da realização dos Marcos e Metas globais e a execução física e financeira do Investimento que comprovem a necessidade de transferência de fundos adicionais. A execução financeira do Investimento é comprovada com a apresentação da lista das despesas (faturas ou documentos equivalentes) relativas à realização do investimento. É conveniente a apresentação de pelo menos um pedido de reembolso por semestre.

O IDR, IP-RAM analisa o pedido de pagamento, delibera e emite a correspondente ordem de pagamento ou comunica os motivos da recusa, podendo, sempre que for pertinente, solicitar esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

Os pagamentos a título de reembolso devem respeitar os seguintes procedimentos:

- No prazo de 30 dias úteis, a contar da data da receção do pedido de reembolso, o IDR, IP-RAM, analisa o pedido de pagamento, delibera e emite a correspondente ordem de pagamento ou comunica os motivos da recusa, salvo quando este solicite esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise, caso em que se suspende aquele prazo;
- Sempre que, por motivos não imputáveis aos Beneficiários Finais, seja impossível proceder à emissão do pedido de reembolso no prazo fixado na alínea anterior, o IDR, IP-RAM emite um pagamento a título de adiantamento;
- O pagamento efetuado a título de adiantamento, nos termos da alínea anterior, é convertido em pagamento a título de reembolso, através da validação do correspondente

pedido de pagamento em prazo não superior a 60 dias úteis.

c) A título de saldo final

Os pagamentos aos Beneficiários Finais são processados na medida das disponibilidades do IDR, IP-RAM, sendo efetuados até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento, ficando o pagamento do respetivo saldo (5%) condicionado à apresentação pelos mesmos do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos aprovados.

Os pedidos de pagamento são objeto de verificação administrativa e/ou verificação no local, de acordo com as disposições previstas no Sistema de Gestão e Controlo definido pelo IDR, IP-RAM em conformidade com o que vier a ser aprovado pela EMRP.

11.2. Suspensão de pagamentos

Os fundamentos suscetíveis de determinar a suspensão de pagamentos até à regularização ou à tomada de decisão decorrente da análise da situação subjacente, são os seguintes:

- a) Superveniência ou falta de comprovação de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, bem como de restituições no âmbito dos financiamentos;
- b) Existência de deficiências no processo comprovativo da execução da operação, designadamente de natureza contabilística ou técnica;
- c) Não envio, no prazo determinado, de elementos solicitados, salvo se for aceite a justificação que venha, eventualmente, a ser apresentada pelos Beneficiários Finais;
- d) Mudança de conta bancária dos Beneficiários Finais, sem comunicação prévia ao IDR, IP-RAM;
- e) Superveniência das situações decorrentes de averiguações promovidas por autoridades administrativas sustentadas em factos cuja gravidade indicie ilicitude criminal, envolvendo a utilização indevida dos apoios concedidos ou o desvirtuamento da candidatura.

12. Observância das disposições legais aplicáveis em matéria de Contratação Pública, Auxílios de Estado e Igualdade de Oportunidades e de Género

12.1. Contratação Pública

Relativamente à contratação pública, em regra, antes de qualquer validação de pedidos de pagamento, o IDR, IP-RAM analisa os procedimentos de contratação pública subjacentes à despesa formalizada, considerando a maturidade dos procedimentos e os recursos disponíveis. Para tal, os Beneficiários Finais devem inserir no SI do PRR toda a documentação disponível sobre a matéria. Caso não seja possível, essa análise será feita posteriormente. Aquando da análise do pedido de pagamento de saldo, será garantido que todos os contratos foram objeto de verificação.

12.2. Auxílios de Estado

Os investimentos previstos são insuscetíveis de afetar a concorrência e as trocas comerciais entre Estados membros, não configurando, para efeitos do disposto no artigo 107.º, n.º 1 do TFUE, um Auxílio de Estado.

Os investimentos estão localizados Região Autónoma da Madeira, região insular e ultraperiférica da União Europeia, na aceção do artigo 349.º do TFUE, o que concorre para a incapacidade de os investimentos em causa serem suscetíveis de afetar a concorrência e as trocas comerciais entre Estados-membros.

O Serviço Regional de Saúde da RAM, tem uma finalidade exclusivamente social, não tem fins lucrativos e as vantagens obtidas pelos utentes na prestação de cuidados de saúde são independentes de qualquer contribuição paga, baseando-se no princípio da universalidade do acesso, tendencialmente gratuito.

12.3. Igualdade de Oportunidades e de Género

No que respeita à Igualdade de Oportunidades e de Género, aquando da formalização do primeiro pedido de adiantamento/pagamento os Beneficiários Finais preenchem a check-list disponibilizada pelo IDR, IP-RAM que será validada pelo mesmo durante a análise, de modo a

assegurar que se precedeu à avaliação da integração da perspetiva da igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas.

13. Tratamento de Dados Pessoais

Todos os dados pessoais serão processados de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) de 25 de maio de 2018.

14. Informação, Comunicação e Publicitação dos Apoios

Deve ser dado cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativos à origem do financiamento, conforme disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, respeitando a [Orientação Técnica n.º 5](#) elaborada pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

15. Dotação

A dotação do PRR alocada à presente OTE é de € 15.000.000, referente ao *Sub-Investimento - Digitalização na área da Saúde da RAM*, que será da responsabilidade do SESARAM, EPERAM, do IASAUDE, IP-RAM e da DRS, nos montantes constantes do quadro seguinte:

unid: euros

	SESARAM	IASAUDE	DRS	TOTAL
RE-C01-i07-RAM: Digitalização na área da Saúde da RAM	10 500 000	3 500 000	1 000 000	15 000 000
<i>Projeto 1 - Digitalização na área da Saúde</i>	<i>8 750 000</i>	<i>1 750 000</i>	<i>1 000 000</i>	<i>11 500 000</i>
P1.1 - Criar/implementar tecnologias digitais de apoio à monitorização de doentes	6 000 000	0	0	6 000 000
P1.2 - Intensificar a telesaúde, com definição da rede de suporte	1 000 000	0	0	1 000 000
P1.3 - Reforçar as tecnologias de comunicação e informação e inteligência artificial para a vigilância epidemiológica.	0	0	1 000 000	1 000 000
P1.4 - Incrementar a digitalização da saúde e a interoperabilidade de sistema de informação	1 750 000	1 750 000	0	3 500 000
P2 - Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de Saúde, através de meios digitais	1 250 000	1 250 000	0	2 500 000
P3 - Incrementar as funcionalidades e o uso das plataformas dedicadas ao utente	250 000	250 000	0	500 000
P4 - Formar os cidadãos e os stakeholders para o uso dos recursos digitais em saúde	250 000	250 000	0	500 000

16. Pontos de contacto para informações e esclarecimentos

A presente OTE será objeto de publicitação no site do PRR (<https://recuperarportugal.gov.pt/>) e no site do IDR, IP-RAM (<https://www.idr.madeira.gov.pt/>).

A obtenção de informações e o esclarecimento de dúvidas são realizados, em exclusivo, pelo contacto com a IDR, IP-RAM, através do e-mail idr@madeira.gov.pt ou contacto telefónico 291 214 000.

A Presidente do Conselho Diretivo

Maria João Monte